

1 Ata nº. 211B da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Jaciara,
2 realizada aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas e
3 dezessete minutos, nas dependências Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara, na sala do
4 Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) nesta cidade, com a presença dos conselheiros
5 conforme lista de presença que segue anexa a esta ata. Havendo quórum, a Presidente do
6 Conselho Municipal de Saúde, Sra. Suely Cristina Castro da Silva de Moraes deu início a
7 reunião dando as boas vindas e leu as pautas para a referida reunião. Na sequência, o Sr. Pedro
8 Soares Neto, Conselheiro, questionou um dos itens da pauta, que é a destinação de emendas para
9 reforma das unidades de saúde da família, indagando se já não haviam sido realizadas reformas
10 no ano de 2015 (dois mil e quinze). A presidente esclareceu que no referido ano foram
11 realizadas ampliações e não reformas. Em seguida, a mesma explicou que para a apresentação do
12 item 1 da pauta era necessário o aparelho retroprojeter, que ainda não estava disponível, por esse
13 motivo a ordem da pauta seria alterada. Solicitou então que fosse incluída na pauta a
14 apresentação dos indicadores e metas do Planejamento da Atenção Básica - SISPACTO referente
15 ao ano de 2017 (dois mil e dezessete) para apreciação e votação dos conselheiros, pois os
16 mesmos precisam ser encaminhados à Comissão Intergestora Regional (CIR). A inclusão
17 solicitada foi votada e aprovada. A Presidente então informou que, como o Conselho Municipal
18 de Saúde ainda não está completamente estruturado, necessitando inclusive de uma secretária, e
19 que falta de condições não houve tempo hábil para elaboração da ata da última reunião, mas
20 como todos os itens foram aprovados no decorrer da reunião a ata seria lida no próximo encontro
21 sem prejuízos. Dando continuidade foi apresentado o próximo item da pauta, que trata da
22 ouvidoria do SUS. A Sra. Suely Cristina expôs a atual situação da ouvidoria, que se encontra
23 desassistida, tendo em vista que o último ouvidor o Sr. Alderi Ferreira de Moraes foi remanejado
24 para a Prefeitura Municipal de Jaciara, mesmo tendo sido eleito para o cargo, ato da
25 administração considerado pelos conselheiros como arbitrário. Apresentou então as indicações
26 dos seguintes nomes para assumir o cargo de ouvidor (a), após a manifestação dos interessados,
27 Sra. Ellys Marina Corrêa Lucchin e Sra. Mirna Aparecida Thomé Monte, salientou ainda que
28 uma das interessadas ao cargo de Ouvidora, a Sra. Maria Helena de Almeida manifestou
29 desistência em função de ter sido remanejada do setor de Recursos Humanos para assumir o
30 cargo de coordenadora da Vigilância Sanitária. A conselheira Sra. Maria Helena questionou se
31 mais alguém gostaria de se candidatar, o conselheiro Sr. Pedro Soares Neto indicou o
32 conselheiro Sr. Mauro José Ramos, o mesmo disse que o cargo atualmente não seria viável por
33 condições salariais. Na sequência a Presidente disse que para chegar a esses nomes foram
34 analisados alguns perfis que se enquadram com os requisitos necessários ao cargo, e que algumas
35 outras pessoas que se encaixariam não poderiam ser indicadas por estarem em cargos que não
36 permitem desvio de função, como no caso dos agentes comunitários de saúde e agentes de
37 combate às endemias. A conselheira Sra. Patrícia Ferreira Rodrigues comentou que as pessoas
38 indicadas fariam falta se deixassem de desempenhar suas atuais funções para assumir a
39 ouvidoria. A presidente do conselho esclareceu que por Jaciara ser um município relativamente
40 pequeno, quem for escolhido como ouvidor (a) desde que haja compatibilidade, poderá acumular
41 as funções e se a demanda aumentar essa situação será revista. Acrescentou que esses nomes
42 serão indicados pelo conselho, mas a escolha será do prefeito. Salientou que a ouvidoria do SUS
43 municipal está subordinada ao Conselho Municipal de Saúde e não à gestão, e que nada impede
44 que o executivo mantenha a Ouvidoria de Gestão, que poderá trabalhar em consonância com esta
45 Ouvidoria. Disse que independente da pessoa que for escolhida a mesma será capacitada para
46 desempenhar suas atividades. Os conselheiros observaram que o Ouvidor que atuava por último
47 teria sido capacitado em Cuiabá pelo Ministério da Saúde. A indicação dos nomes para a
48 Ouvidoria foi votada e aprovada por todos conselheiros presentes. Em continuidade à reunião foi
49 apresentado pela presidente o item 1 da pauta que trata da apresentação das propostas para
50 utilização das emendas destinadas ao município. As propostas cadastradas foram as seguintes:

51 Proposta 114225340001/17-701 Unidade de Saúde da Família Centro CNES 5775191, valor da
52 proposta para reforma R\$ 282.060,00; Proposta 114225340001/17-703 Unidade de Saúde da
53 Família Santa Rita CNES 5111528, valor da proposta para reforma R\$ 78.350,00; Proposta
54 114225340001/17-705 Unidade de Saúde da Família São Lourenço CNES 2397153, valor da
55 proposta para reforma R\$ 78.350,00; Proposta 114225340001/17-704 Unidade de Saúde da
56 Família Santo Antônio 02 CNES 2397196, valor da proposta para reforma R\$ 78.350,00;
57 Proposta 114225340001/17-706 Unidade de Saúde da Família Vila Planalto CNES 2397218,
58 valor da proposta para reforma R\$ 78.350,00; Proposta 114225340001/17-005 Centro de
59 Atendimento Psicossocial (CAPS) de Jaciara CNES 3541851, proposta para
60 equipamentos/material permanente, valor da proposta R\$ 8.570,00; Proposta 114225340001/17-
61 002 Laboratório Municipal de Jaciara CNES 6422985, proposta para equipamentos/material
62 permanente, valor da proposta R\$ 131.370,00; Proposta 114225340001/17-709 Unidade de
63 Saúde da Família Santa Rita CNES 5111528, valor da proposta para equipamentos/material
64 permanente/veículo pick-up, valor da proposta R\$ 116.000,00; Proposta 114225340001/17-004
65 Centro de Reabilitação de Jaciara CNES 2397234, valor da proposta para equipamentos/material
66 permanente/veículo adaptado, valor da proposta R\$ 220.000,00; Proposta 114225340001/17-007
67 Unidade de Saúde da Família Jardim Aeroporto CNES 3100618, valor da proposta para
68 equipamentos/material permanente/veículo micro-ônibus, valor da proposta R\$ 242.000,00;
69 Proposta 114225340001/17-708 Unidade de Saúde da Família São Lourenço CNES 2397153,
70 Unidade de Saúde da Família Santo Antônio 02 CNES 2397196, Unidade de Saúde da Família
71 Vila Planalto CNES 2397218, Unidade de Saúde da Família Centro CNES 5775191, Unidade de
72 Saúde da Família Jardim Aeroporto CNES 3100618 e Unidade de Saúde da Família São
73 Sebastião CNES 2397161, valor da proposta para equipamentos/material permanente no valor
74 R\$ 181.970,00 e Proposta 36000.1238502/01-700 Incremento do PAB Valor R\$ 500.000,00. O
75 farmacêutico Sr. Saulo Schmidt que participou da reunião na condição de convidado, questionou
76 como era o procedimento para solicitar a ampliação da farmácia municipal. A presidente Suely
77 respondeu que no que diz respeito às emendas é obrigatório cadastrar a proposta conforme a
78 destinação dos componentes e blocos, mas para utilizar recurso próprio depende do secretário da
79 pasta aprovar e destinar recurso para tal. Em seguida esclareceu que antes de cadastrar as
80 propostas foi realizado um levantamento para saber quais equipamentos eram realmente
81 necessários para as unidades de saúde. As propostas foram votadas e aprovadas por todos
82 conselheiros presentes. O próximo item tratado foi a apresentação dos indicadores e metas do
83 SISPACTO referente ao ano de 2017. A presidente do CMS explicou que todos os anos o
84 município precisa pactuar alguns indicadores para o Programa de Melhoria do Acesso e da
85 Qualidade na Atenção Básica (PMAQ), para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e
86 para o SISPACTO. Com o passar dos anos os indicadores vão se alterando, infelizmente temos
87 um histórico de alguns indicadores ruins, alguns não atingimos por falta de respaldo do governo
88 estadual, mas devemos buscar soluções para melhorar essa situação, pois a questão dos
89 indicadores baixos com um gasto alto de recursos, pode inclusive, acarretar na reprovação de
90 contas da saúde, como aconteceu na gestão anterior. A presidente ressaltou ainda que alguns
91 problemas macro refletem diretamente no resultado dos indicadores como a necessidade do
92 remapeamento das áreas atendidas pelas unidades de saúde e o grande número de agentes
93 comunitários de saúde (ACS) em desvio de função, o que é uma situação ilegal e gera prejuízo
94 ao município, pois as áreas dos ACS em desvio de função ficam descobertas e não é possível
95 fazer o processo seletivo para esses profissionais enquanto houver profissionais em desvio de
96 função ou afastamento não remunerado. Em seguida a presidente do conselho informou que em
97 (dois mil e quinze) 2015 o resultado dos indicadores não foi bom e que para o ano de (dois mil e
98 dezessete) 2017 houve uma redução de 67 (sessenta e sete) indicadores para 23 (vinte e três).
99 Todos os indicadores e seu respectivo histórico foram apresentados e debatidos pelos
100 conselheiros que já contribuíram com ideias e soluções para melhorar a situação do município.

Os indicadores e metas para o SISPACTO referente ao ano de 2017 foram votados e aprovados por todos conselheiros presentes. Passou-se então para o item 3 da pauta, sobre a fala do representante do Grupo Cidadania, o Sr. Leônidas Leitão de que a ex Secretária de Saúde, Sra. Fábيا Cristina Nogueira S. Betim havia lhe dito que Conselho Municipal de Saúde havia aprovado a contratação da locação de um drone para ser utilizado na campanha contra dengue. O representante do Grupo Cidadania encaminhou um ofício solicitando as atas das reuniões do CMS do ano de 2016 e foi informado ao mesmo de que as todas as atas das reuniões encontram-se disponíveis no portal da transparência do município. A presidente informou que entrou em contato com a Sra. Fábيا e que a mesma não pode comparecer por estar em outra reunião, mas que ela garantiu que não havia feito essa fala e que o valor pago pelo aluguel do drone era condizente com a quantidade de sobrevoo realizada e quem fez a solicitação para essa locação foi a Prefeitura Municipal não passando pela Secretaria Municipal de Saúde, já que o Plano de Trabalho para a aplicação dos recursos do governo estadual para o combate a dengue que foi feito pela equipe da Secretaria de Saúde e posteriormente aprovado pelo CMS não foi executado em sua integralidade. A conselheira Sra. Rosângela Ribeiro Ramalho Lopes argumentou que não é a primeira vez que o conselho é atacado, que isso também vem acontecendo contra os servidores efetivos, até mesmo expressando que os servidores efetivos são “incapazes” e que as pessoas precisam ter mais responsabilidade quando falam do trabalho dos outros, principalmente servidores do quadro, que mesmo sendo contratados ou comissionados são servidores da mesma forma. A presidente esclareceu que no projeto inicial não havia a previsão da locação do drone, mas sim a compra de veículos, EPI (Equipamento de Proteção Individual) e uma gratificação para os ACEs - agentes de combate as endemias e ACSs - agentes comunitários de saúde, entre outros itens como combustível, material gráfico, etc. O conselheiro Sr. Isaías Gomes de Souza sugeriu que o conselho acionasse a justiça contra o representante do grupo cidadania, a questão foi debatida, votada e aprovada pelos demais conselheiros. Em seguida a palavra foi passada ao Secretário Municipal de Saúde, Sr. Audimar Rocha Santos para os informes gerais, foi mencionado novamente sobre as emendas que foram destinadas ao município e outras que ainda virão e que há a previsão da compra de um aparelho de raio-x para o Hospital Municipal. Informou também que serão realizadas algumas reuniões para melhorar o fluxo de alguns procedimentos e que foi orientado quanto a uma nova modalidade de licitação, o credenciamento, que será muito útil ao município. O conselheiro Sr. Isaías Gomes de Souza pediu informações sobre a associação que está sendo criada para administrar o Hospital Municipal. O secretário respondeu que a referida associação já foi criada, que trará uma série de facilidades na administração do hospital, mas que será preciso analisar com cuidado a pactuação que será realizada. Que não é simplesmente uma transferência de recursos e que todo o processo será passado pelo Conselho Municipal de Saúde, mesmo que não haja obrigação legal para tal. O conselheiro Sr. Gerson Gomes de Souza indagou sobre a situação da OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que recebe em dia da prefeitura, mas atrasa o pagamento dos médicos. O secretário esclareceu que está ciente da situação e que mediante ao reconhecimento da OSCIP sobre as situações de atraso foi orientado pelo Tribunal de Contas do Estado a pagar diretamente aos médicos e anexar o comprovante à nota de empenho, mas mesmo assim ainda será preciso pagar a taxa de administração de 13% (treze por cento) para a OSCIP e que, possivelmente, em abril os serviços da mesma já serão dispensados. Diante do questionamento de alguns conselheiros o secretário Sr. Audimar explicou que mesmo que a administração do hospital seja passada à associação o mesmo continuará público e os usuários não pagarão pelo atendimento. O Sr. Saulo Schmidt foi questionado em relação a compra de medicamentos para a farmácia básica, o mesmo esclareceu que foi realizada a aquisição de alguns medicamentos que já estão licitados mas atualmente não são todos os medicamentos que possuem licitação vigente e que foi necessário fazer um parcelamento com os fornecedores de medicamentos para os débitos do ano de (dois mil e dezesseis) 2016. Em seguida a presidente do

151 conselho agradeceu a presença de todos e nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião às
152 dezesseis horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, eu, Ellys Marina Corrêa Lucchin,
153 lavrei a presente ata. Jaciara, dez de abril de dois mil e dezessete.